



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

**Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'R18', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, leia o texto abaixo.

A literatura é uma arte solitária. Seu labor é da mente para a página. Sua estranha fantasia é a de que alguém possa dar forma ao idioma para que outra experiência mental e individual se realize: a do leitor. Apesar de saraus e oficinas, a escrita raramente escapa de ser esta atividade insossa e desertada: sentar e escrever sozinho. E, se também são solitárias a pintura e a escultura, ambas têm a vantagem de serem dinâmicas, físicas, performáticas, de um modo que as aproxima mais das artes coletivas, como a dança, a música, o teatro, o cinema.

*Quando fui músico, muitas vezes reclamei dos ensaios, dos shows em que o som estava péssimo, de contratantes que não entregavam o que prometiam, mas, em especial, do trabalho que a difícil **democracia** de participar de uma banda grande demandava. Quantas viagens, quantas discussões, quantas concessões. E quantas alegrias, quantas vezes olhar para o lado e cruzar com a mirada de alguém que estava ali junto contigo, numa construção maior porque erguida por mais gentes. Mais artistas de um lado, mais espectadores de outro.*

(Adaptado de: GONZAGA, Pedro. Reclamação. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br>)

1. Ao traçar um paralelo entre as diferentes artes, o autor sugere que a literatura
 - (A) exige relativamente maior isolamento.
 - (B) é irracional, o que a torna inferior.
 - (C) requer menos esforço intelectual.
 - (D) demanda uma maior socialização.
 - (E) exclui a necessidade de validação.

2. *A literatura é uma arte solitária. Seu labor é da mente para a página. Sua estranha fantasia é a de que alguém possa dar forma ao idioma para que outra experiência mental e individual se realize: a do leitor.* (1º parágrafo)

No contexto dado, o vocábulo a, em destaque, retoma:

 - (A) *experiência.*
 - (B) *arte.*
 - (C) *mente.*
 - (D) *página.*
 - (E) *fantasia.*

3. **Apesar de saraus e oficinas**, a escrita raramente escapa de ser esta atividade insossa e desertada: sentar e escrever sozinho. (1º parágrafo)

A oração destacada pode ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

 - (A) A despeito de haverem saraus e oficinas
 - (B) Se bem que promova-se saraus e oficinas
 - (C) Ainda que aconteça saraus e oficinas
 - (D) Embora exista saraus e oficinas
 - (E) Mesmo que haja saraus e oficinas

4. *E, se também são solitárias a pintura e a escultura, ambas têm a vantagem de serem dinâmicas, físicas, performáticas, de um modo que as aproxima mais das artes coletivas, como a dança, a música, o teatro, o cinema.* (1º parágrafo)

Uma frase coerente com essa afirmação e escrita de acordo com a norma-padrão da língua é:

 - (A) As artes coletivas – pintura, escultura, dança, música, teatro e cinema – mantêm em comum o fato de serem dinâmicas, físicas e performáticas.
 - (B) O simples fato de serem performáticas fazem da pintura e da escultura artes próximas das demais artes coletivas (a dança, a música, o teatro e o cinema).
 - (C) A pintura e a escultura partilham um dinamismo característico das artes coletivas, quais sejam: a dança, a música, o teatro e o cinema.
 - (D) Na medida em que são solitárias, a pintura e a escultura tornam-se tão dinâmicas quanto a dança, a música, o teatro, o cinema.
 - (E) As artes dinâmicas, físicas e performáticas, como a pintura, a escultura, a dança, a música, o teatro e o cinema deve se voltar ao coletivo.



5. A leitura do 2º parágrafo permite concluir que o autor
- (A) desistiu de sua carreira musical após desentender-se com a banda.
 - (B) se arrepende de ter agido de modo egoísta com seus companheiros.
 - (C) demonstra ressentimento por não ter alcançado o sucesso que buscava.
 - (D) sente falta de alguns aspectos de sua experiência como músico.
 - (E) tinha uma timidez acentuada para se apresentar diante do público.
-
6. No contexto do 2º parágrafo, a palavra *democracia*, em destaque, refere-se precisamente a
- (A) uma organização coletiva com regras de comportamento estabelecidas por uma minoria.
 - (B) uma conjuntura política, em que os governantes são escolhidos em eleições diretas.
 - (C) um regime de governo em que os políticos tomam decisões baseadas no bem comum.
 - (D) um contexto de interação respeitosa entre integrantes de um determinado grupo.
 - (E) um modo de convivência desorganizado por não ter uma figura de liderança determinada.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 13, leia o texto abaixo.

O gol plagiado

“Jogador quer direito autoral sobre seus gols.”

Esporte, 20 jan. 2000

“Prezados senhores: dirigindo-se a V.Sa., refiro-me à notícia segundo a qual jogadores de futebol do Reino Unido, como Michael Owen e Ryan Giggs, querem receber autorais pela exibição de seus gols na mídia. Não tenho o status desses senhores – sou apenas um brasileiro que bate a sua bolinha nos fins de semana – mas desejo fazer uma grave denúncia: um dos jogadores citados (oportunamente divulgarei o nome) simplesmente plagiou um gol feito por mim.

Provas? Basta comparar os tapes dos referidos gols. No meu caso, trata-se de um trabalho amador – foi feito por meu filho, de dez anos – mas mesmo assim é bastante nítido. Vê-se que, como eu, o referido jogador estava num campo de futebol. Nos dois casos, a partida estava sendo disputada por times de 11 jogadores cada um. Nos dois casos havia uma bola, havia goleiros. Nos dois casos havia um juiz. No meu caso, um juiz usando bermudões e chinelos – mas juiz, de qualquer maneira.

Isto, quanto aos aspectos gerais. Vamos agora aos detalhes. No vídeo do jogador inglês, mostrado no mundo inteiro, vê-se que ele pega a bola na grande área, domina-a, livra-se de um adversário e chuta no canto esquerdo, marcando, é forçoso admitir, um belo tento, um gol que faz jus aos direitos autorais. No meu vídeo – feito uma semana antes, é importante que se diga –, vê-se que eu pego a bola na grande área, que a domino, que livro-me de um adversário e que chuto forte no canto esquerdo, marcando um belo tento.

Conclusão: o jogador inglês me plagiou. Quero, portanto, metade do que ele receber a título de direitos autorais. Se não for atendido em minha reivindicação levarei a questão a juízo. Estou seguro de que ganharei. Além do vídeo, conto com uma testemunha: o meu filho. Ele viu o jogo do começo ao fim e pode depor a meu favor. É pena não ter mais testemunhas, mas, infelizmente, ele foi o único espectador desse jogo. E irá comigo demandar justiça contra o plágio.”

(SCLIAR, Moacyr. **O imaginário cotidiano**. São Paulo, Global, 2013, p. 55)

7. O jogador amador que escreve aos *Prezados senhores* dirige-se a eles com o objetivo de
- (A) demandar que sejam pagos direitos autorais referentes à divulgação pela mídia de um vídeo amador feito por seu filho.
 - (B) informar que os ingleses Michael Owen e Ryan Giggs tiveram seus gols plagiados por outros jogadores.
 - (C) reivindicar o pagamento de direitos autorais relativos a um gol supostamente plagiado por um jogador inglês.
 - (D) denunciar que teve um gol plagiado por um jogador famoso e exigir que seja exemplarmente detido por seu delito.
 - (E) defender-se da acusação de plágio que recebeu da parte de um jogador inglês, alegando ter feito o gol antes do inglês.
-
8. O caráter irônico e cômico do texto revela-se, entre outros aspectos, no fato de o jogador amador
- (A) insistir ter tido um de seus gols plagiado, muito embora confirme ainda desconhecer a identidade do jogador responsável pelo delito.
 - (B) criticar a qualidade do futebol realizado no Reino Unido, sugerindo que os gols dos jogadores Michael Owen e Ryan Giggs não exigem esforço.
 - (C) descrever o gol do jogador inglês e logo em seguida descrever seu próprio gol, dando a entender que não há semelhanças entre os lances.
 - (D) ameaçar ir a juízo caso não seja atendido em sua reivindicação, mas não dispor de um registro visual do gol que alega ter sido alvo de plágio.
 - (E) afirmar que está seguro de sua vitória em juízo e, no entanto, apresentar apenas o filho de dez anos como testemunha para o evento relatado.
-



9. *Estou seguro de que ganharei. Além do vídeo, conto com uma testemunha: o meu filho.* (4º parágrafo)

Essa passagem está reescrita em um único período, sem prejuízo do sentido, em:

- (A) Estou seguro de que ganharei, ao contar além do vídeo, porém, com uma testemunha: o meu filho.
- (B) Estou seguro de que ganharei, por contar, além do vídeo, com uma testemunha: o meu filho.
- (C) Estou seguro de que ganharei, a fim de que, além do vídeo, conte com uma testemunha: o meu filho.
- (D) Estou seguro de que ganharei, além do vídeo, o fato de contar com uma testemunha: o meu filho.
- (E) Estou seguro de que ganharei, contando, no entanto, além do vídeo, com uma testemunha: o meu filho.

10. A expressão do texto que encontra um substituto correto, respeitando-se as regras gramaticais e sem prejuízo do sentido, está em:

- (A) ... *notícia segundo a qual...* (1º parágrafo) // notícia a cerca da qual
- (B) ... *um gol feito por mim.* (1º parágrafo) // um gol de minha autoria.
- (C) ... *irá comigo demandar justiça...* (4º parágrafo) // irá comigo pleitear com justiça
- (D) *Vamos agora aos detalhes.* (3º parágrafo) // Avaliemos agora sob os detalhes.
- (E) ... *conto com uma testemunha...* (4º parágrafo) // disponho à uma testemunha

11. Uma interpretação correta a respeito do emprego da pontuação está em:

- (A) As vírgulas em ... *vê-se que ele pega a bola na grande área, domina-a, livra-se de um adversário e chuta no canto esquerdo...* (3º parágrafo) separam ações ordenadas cronologicamente.
- (B) Os travessões em ... *trata-se de um trabalho amador – foi feito por meu filho, de dez anos – mas mesmo assim é bastante nítido...* (2º parágrafo) apresentam uma síntese da informação imediatamente anterior.
- (C) Os parênteses em ... *um dos jogadores citados (oportunamente divulgarei o nome) simplesmente plagiou um gol feito por mim.* (1º parágrafo) intercalam um exemplo do que foi afirmado anteriormente.
- (D) Os dois-pontos em *Conclusão: o jogador inglês me plagiou.* (4º parágrafo) introduzem uma expressão que contraria o que foi afirmado anteriormente.
- (E) O sinal de interrogação em *Provas?* (2º parágrafo) sinaliza uma pergunta dirigida aos leitores do texto para a qual o autor não tem resposta.

12. Se não **for atendido** em minha reivindicação levarei a questão a juízo. (4º parágrafo)

A voz ativa correspondente da forma verbal destacada é:

- (A) atende
- (B) se atendesse
- (C) me atenderem
- (D) ser atendida
- (E) se atende

13. O segmento destacado está substituído, segundo a norma-padrão da língua, por um pronome em:

- (A) *Ele viu **o jogo**...* (4º parágrafo) // Ele **o** viu...
- (B) *Basta comparar **os tapes dos referidos gols**.* (2º parágrafo) // Basta **lhes** comparar.
- (C) ... *ele pega **a bola**...* (3º parágrafo) // ... ele **lhe** pega...
- (D) ... *desejo fazer **uma grave denúncia**...* (1º parágrafo) // ... desejo fazer **-lhe**...
- (E) ... *querem receber **autorais**...* (1º parágrafo) // ... querem **o** receber...

14. As regras de concordância estão plenamente respeitadas na frase:

- (A) A exibição de gols na mídia poderiam render direitos autorais aos jogadores de futebol?
- (B) Um vídeo e uma testemunha são os trunfos com o qual conto para atestar o que digo.
- (C) Bermudões e chinelos eram o que usavam o juiz que apitou o jogo em que fiz o gol.
- (D) Se forem comparados os gols dos jogadores, será possível constatar uma semelhança.
- (E) O jogador inglês fez um belo gol, e talvez seja legítimo a cobrança dos direitos autorais.

15. Está escrita com clareza e correção, de acordo com a norma-padrão da língua, a seguinte frase:

- (A) Moacyr Scliar passou a maior parte de sua infância no Bom Fim, bairro porto-alegrense aonde a maioria dos emigrantes judeus, escolheram para morar.
- (B) Nascido em Porto Alegre, em 23 de março de 1937, a obra de Moacyr Jaime Scliar trata de temas referente à problemática da vida contemporânea.
- (C) Os pais de Moacyr Scliar, José e Sara, eram europeus que migrarão para a América do Sul no começo do século 20 buscando, uma vida melhor.
- (D) O escritor Moacyr Scliar destacou-se, especialmente, como exímio contista, capaz de elaborar textos densos e impactantes que suscitam a reflexão.
- (E) Além de seus livros, Moacyr Scliar estudou medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual serviu de assunto à algumas de suas histórias.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. O presidente de uma empresa resolveu premiar os três vendedores mais eficientes do ano com a quantia de R\$ 13.500,00 que será distribuída de forma diretamente proporcional ao número de pontos obtidos por cada um na avaliação do ano. O vencedor, com 45 pontos, recebeu R\$ 6.750,00, e o número de pontos do segundo colocado foi igual a 27. O número de pontos a menos que o terceiro colocado conseguiu em relação ao segundo colocado foi
- (A) 12
(B) 8
(C) 11
(D) 10
(E) 9
-
17. Sabe-se que em uma empresa, 19% dos funcionários se deslocam para o trabalho utilizando automóvel. Os demais funcionários, em número de 1053, utilizam transporte público, bicicleta ou se deslocam para o trabalho caminhando. O número de funcionários que utilizam automóvel para se deslocar para o trabalho é
- (A) 263
(B) 247
(C) 195
(D) 321
(E) 401
-
18. Em uma escola há professor de química que é professor de física, mas não todos. Também há professor de matemática que é professor de física, mas não todos. Não há professor de matemática que seja professor de química. Não há professor de física que seja apenas professor de física. Nessa escola,
- (A) todos os professores de física são professores de química.
(B) qualquer professor de matemática é professor de química.
(C) os professores de matemática que não são professores de química são professores de física.
(D) há professores de química que são professores de matemática e de física.
(E) qualquer professor de física que é professor de matemática, não é professor de química.
-
19. Considere a sequência (3, 5, 9, 11, 15, 17, ...). A partir do 4º termo essa sequência foi criada com o uso de uma regra lógica recorrente aos três termos imediatamente anteriores. O 38º termo dessa sequência é o número
- (A) 119
(B) 97
(C) 113
(D) 135
(E) 141
-
20. Após uma hora de corrida em uma maratona, um atleta ocupa a 87ª posição. A cada 35 segundos dos próximos dez minutos, esse atleta ultrapassa um competidor que está à sua frente, e a cada 55 segundos desses mesmos dez minutos, esse atleta é ultrapassado por um competidor que está atrás dele. Após esses dez minutos, o número de posições acima da posição 87ª que esse atleta ocupa, é igual a
- (A) 3
(B) 2
(C) 7
(D) 4
(E) 6

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, decorrido o prazo de 15 dias do envio da lista tríplice ao Governador do Estado sem a nomeação do Defensor Público-Geral,
- (A) será investido no cargo o integrante da lista tríplice mais votado.
 - (B) será investido no cargo o integrante da lista tríplice que possuir idade mais avançada, respeitando o limite de 70 anos.
 - (C) será investido no cargo o integrante da lista tríplice mais antigo na carreira, independente da idade.
 - (D) deverá ser elaborada uma nova lista tríplice, obedecendo os preceitos constitucionais e legais.
 - (E) será investido no cargo o integrante da lista tríplice que possuir idade mais avançada, respeitando o limite de 65 anos.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994 atualizada, no tocante a Defensoria Pública da União, considere:
- I. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
 - II. Participar, inclusive quando não tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, independentemente das atribuições de seus ramos.
 - III. Impetrar *habeas corpus*, mandado de injunção, *habeas data* e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.
 - IV. Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública.
- São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras, as indicadas APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) I, III e IV.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, elaborar lista tríplice destinada à promoção por merecimento é competência, dentro outras,
- (A) privativa do Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado.
 - (B) privativa do Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) privativa do Subdefensor-Geral da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) do Defensor Público, representante da classe perante o segundo grau de jurisdição.
-
24. Com relação ao exercício e ao estágio probatório, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, é correto afirmar que
- (A) ao entrar em exercício, o Defensor Público do Estado iniciará o estágio probatório e poderá, em sua fase preliminar, ser colocado à disposição do Defensor Público-Geral, a critério do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (B) na apuração da antiguidade dos Defensores Públicos que iniciarem o exercício na mesma data, será observada como critério de desempate o Defensor com a maior idade na data da aprovação no concurso, respeitando o limite de 70 anos.
 - (C) o exercício no cargo de Defensor Público do Estado, na classe inicial da carreira, dar-se-á no prazo de até 30 dias, contados da data da posse, sendo que será tornada sem efeito a nomeação do Defensor Público do Estado que não entrar em exercício neste prazo.
 - (D) após o término do estágio probatório, quando o competente relatório concluir pela exoneração, dele terá conhecimento o Defensor Público, que poderá oferecer alegações no prazo preclusivo de 15 dias.
 - (E) após o término do estágio probatório, se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado decidir pela exoneração, ele encaminhará cópia integral do processo para o Defensor Público-Geral do Estado para decisão confirmando ou afastando a exoneração, no prazo preclusivo de 5 dias.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no que tange à promoção, a antiguidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma. Em caso de empate na classificação por antiguidade dentro da mesma classe, será considerado mais antigo o Defensor Público que contar com maior tempo de serviço na carreira de Defensor Público e, se necessário, sucessivamente, contar com
- (A) maior idade, melhor classificação no concurso para ingresso na Defensoria Pública do Estado, maior tempo de serviço público no Estado e maior tempo de serviço público em geral.
 - (B) maior tempo de serviço público no Estado, maior tempo de serviço público em geral, maior idade e melhor classificação no concurso para ingresso na Defensoria Pública do Estado.
 - (C) melhor classificação no concurso para ingresso na Defensoria Pública do Estado, maior tempo de serviço público no Estado, maior idade e maior tempo de serviço público em geral.
 - (D) melhor classificação no concurso para ingresso na Defensoria Pública do Estado, maior tempo de serviço público no Estado, maior tempo de serviço público em geral e maior idade.
 - (E) maior tempo de serviço público no Estado, maior tempo de serviço público em geral, melhor classificação no concurso para ingresso na Defensoria Pública do Estado e maior idade.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 13.484/2010, o Defensor Público Conselheiro eleito
- (A) perderá o mandato quando, durante o seu mandato faltar, injustificadamente, a dez sessões alternadas, independente da natureza da reunião.
 - (B) terá mandato de 2 anos, vedada a reeleição.
 - (C) não perderá o mandato por ausência em sessões, justificada ou não, uma vez que exercerá cumulativamente a função de Conselheiro e Defensor Público.
 - (D) perderá o mandato quando, durante o seu mandato faltar, injustificadamente, a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas, independente da natureza da reunião.
 - (E) terá mandato de 3 anos, vedada a reeleição.
-
27. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, o servidor, em regra, NÃO poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, salvo nos casos de licença para
- (A) o exercício de mandato eletivo; para concorrer a mandato público eletivo; e tratar de interesses particulares.
 - (B) prestação de serviço militar; para concorrer a mandato público eletivo; e por motivo de doença em pessoa da família.
 - (C) tratar de interesses particulares; por motivo de doença em pessoa da família; e para prestação de serviço militar.
 - (D) acompanhar o cônjuge; para o desempenho de mandato classista; e por motivo de doença em pessoa da família.
 - (E) acompanhar o cônjuge; para o desempenho de mandato classista; e para o exercício de mandato eletivo.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante às penalidades, é correto afirmar que
- (A) o servidor que, injustificadamente, se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, está sujeito à penalidade de advertência ou repressão no caso de reincidência.
 - (B) a repreensão será aplicada por escrito, na falta do cumprimento do dever funcional ou quando ocorrer procedimento público inconveniente.
 - (C) é desnecessária a menção do dispositivo legal pertinente à sanção no ato que demitir o servidor estável.
 - (D) prescreverá em doze meses a aplicação das penalidades de suspensão, multa e demissão por abandono de cargo e faltas sucessivas ao serviço.
 - (E) quando se tratar de falta funcional que, por sua natureza e reduzida gravidade, não demande aplicação das penas previstas na referida lei, será o servidor advertido obrigatoriamente por escrito, constando restrição de visualização em seu prontuário.
-
29. A Lei Estadual nº 13.821/2011, que cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado, estabeleceu que a estrutura dos cargos de Analista e de Técnico é composta por
- (A) dois padrões de vencimentos que representam os estágios na carreira, atingidos por meio de promoção.
 - (B) três classes, A, B e C, que representam os estágios na carreira, atingidos por meio de progressão.
 - (C) três padrões de vencimentos que representam as progressões atingidas por meio de avaliação de desempenho feita bimestralmente.
 - (D) três classes, A, B e C, que representam os estágios na carreira, atingidos por meio de promoção.
 - (E) três padrões de vencimentos que representam os estágios na carreira, atingidos por meio de promoção anual.
-
30. Segundo a Lei Estadual nº 13.536/2010, o Ouvidor-Geral
- (A) terá mandato de dois anos, permitida uma recondução.
 - (B) será escolhido pelo Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado de forma isolada.
 - (C) será nomeado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado na função de órgão colegiado.
 - (D) julgará representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) não terá direito ao pagamento de diárias indenizatórias por expressa vedação legal.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. O Presidente da República propôs projeto de emenda à Constituição Federal para que fosse alterada a idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo a proposta sido aprovada, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto de 3/5 dos respectivos membros. Nessa situação, a emenda constitucional daí decorrente é fruto do Poder Constituinte
- (A) originário, mas deveria ter sido aprovada em votação única pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, conjuntamente.
 - (B) originário, mas foi aprovada sem que se observasse o quórum exigido pela Constituição Federal.
 - (C) derivado, tendo sido aprovada com observância da Constituição Federal.
 - (D) derivado, mas o Presidente da República não poderia ter apresentado o projeto de emenda à Constituição, por não estar no rol de legitimados para tanto.
 - (E) derivado, mas não poderia ter alterado as regras para a aposentadoria dos servidores públicos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
-
32. Em rede social da internet uma pessoa publicou mensagem acusando outra de ter praticado atos de corrupção. A acusada sentiu-se moralmente ofendida e obteve êxito em comprovar, judicialmente, que a imputação de prática de crime era falsa, tendo sido divulgada por motivo de vingança pessoal. Em casos como este, ficando comprovados os danos sofridos e a responsabilidade do autor da ofensa, a Constituição Federal garante ao ofendido o direito de
- (A) resposta, proporcional ao agravo sofrido, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.
 - (B) ajuizar ação popular para que o ofensor seja condenado a reparar os danos morais e materiais causados.
 - (C) impetrar mandado de injunção para que o ofensor seja obrigado a retirar a mensagem da internet, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.
 - (D) impetrar mandado de segurança contra o ato que violou seu direito líquido e certo de não ter sua honra violada.
 - (E) ajuizar, perante o Tribunal de Justiça, ação direta de inconstitucionalidade contra o ato que violou seu direito à honra.
-
33. Certa pessoa premeditou o assassinato de outra por motivo de dívida de dinheiro, tendo causado sua morte. O crime foi cometido à vista de autoridades policiais, que conduziram o ofensor perante o Delegado de Polícia para que fosse preso. Considerando o disposto na Constituição Federal, nesse caso a prisão do ofensor
- (A) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, competente para o julgamento dos crimes dolosos.
 - (B) é admitida, uma vez que o crime foi praticado em flagrante delito, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri, sendo-lhe assegurado o direito à plenitude de defesa.
 - (C) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado.
 - (D) não é admitida, uma vez que o acusado somente poderá ser considerado culpado após sentença penal transitada em julgado proferida pelo Tribunal do Júri.
 - (E) não é admitida, uma vez que a prisão é permitida apenas por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária, devendo o acusado ser julgado pelo Tribunal do Júri.
-
34. Maria foi condenada à pena de prisão por 10 anos e João à pena de prisão, pela prática de crime diverso, por 8 anos, ambos em sentença penal transitada em julgado, proferida em processo criminal que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório. Maria ficou presa por 10 anos e dois meses. João foi solto após 2 anos de prisão, uma vez que se comprovou que o crime pelo qual cumpria pena foi cometido por outra pessoa. Nessa situação, segundo a Constituição Federal,
- (A) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença e indenizar João por erro judiciário.
 - (B) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de João por erro judiciário, vez que ele foi preso em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhe garantiu a ampla defesa e o contraditório.
 - (C) cabe ao Estado indenizar Maria pelo tempo que ficou presa além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de João por erro judiciário, vez que a Constituição Federal não prevê a responsabilidade do Estado pelos atos judiciais.
 - (D) não é cabível indenização em favor de Maria e de João, vez que a Constituição Federal não prevê a responsabilidade do Estado pelos atos judiciais.
 - (E) não é cabível indenização em favor de Maria e de João, vez que ambos foram presos em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório.



35. A Constituição Federal prescreve que serão criados juizados especiais
- (A) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, devendo o julgamento de recursos contra as sentenças ser realizado por turmas de juízes de segundo grau.
 - (B) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, vedando a transação em processos criminais.
 - (C) vinculados aos tribunais estaduais, vedando a criação de juizados especiais federais para o julgamento de causas em que a União seja parte.
 - (D) que poderão ser integrados por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
 - (E) que poderão ser integrados por cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, aos quais foi garantida a vitaliciedade.
-
36. Certo Estado da Federação vendeu bem público de sua propriedade para empresa que pretende construir obra de grande impacto ambiental. Há indícios de que o imóvel foi vendido por preço muito abaixo do de mercado. As obras, por sua vez, estão sendo realizadas sem que seja cumprida a legislação ambiental. Nesse cenário, e com fundamento na Constituição Federal,
- (A) o Ministério Público poderá representar ao Conselho Nacional de Justiça para que anule a venda do imóvel, alegando que o ato foi lesivo ao patrimônio público.
 - (B) qualquer cidadão poderá propor mandado de segurança para impedir ato lesivo ao meio ambiente a ser praticado pela empresa adquirente do imóvel.
 - (C) o Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial, caso vislumbre a prática de ato criminoso na venda do imóvel, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
 - (D) o Ministério Público poderá, mediante autorização judicial, promover o inquérito civil para investigar a ocorrência de lesão ao patrimônio público e do meio ambiente.
 - (E) o Ministério Público poderá prestar consultoria jurídica à empresa que pretende construir a obra, a fim de evitar a prática de lesão ao meio ambiente.
-
37. É incompatível com a Constituição Federal lei que organize a Defensoria Pública e
- (A) atribua-lhe competência para apresentar sua proposta orçamentária.
 - (B) proíba os Defensores Públicos de exercerem advocacia fora de suas atribuições institucionais.
 - (C) determine a subordinação administrativa da Defensoria Pública à Secretaria de Estado vinculada à estrutura do Poder Executivo.
 - (D) garanta aos Defensores Públicos independência funcional e inamovibilidade.
 - (E) atribua-lhe competência para atuar extrajudicialmente em defesa dos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos.
-
38. Defensoria Pública de certo Estado da Federação pretende que seja aumentada a remuneração dos Defensores Públicos. Para alcançar seu objetivo deverá
- (A) propor ao Governador que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.
 - (B) propor ao Defensor Público Geral da União que encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei nesse sentido.
 - (C) propor ao Tribunal de Justiça que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.
 - (D) propor diretamente à Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei nesse sentido.
 - (E) editar resolução nesse sentido, independentemente de lei criando os cargos e aumentando a remuneração.
-
39. As manifestações populares nas vias públicas, sob a forma de passeatas, para expressar, por exemplo, protestos políticos ou defesa de direitos, têm, em tese, amparo em algumas normas sobre direitos fundamentais acolhidas na Constituição Federal, dentre as quais a que prevê
- (A) liberdade de manifestação de pensamento, que não poderá ser exercida em relação a temas previamente vedados pela autoridade judicial competente para o exercício da censura.
 - (B) liberdade de locomoção, a qual, nos termos da Constituição, tem preferência quando exercida por pedestres em relação à locomoção por meio de veículos automotores.
 - (C) liberdade de consciência, devendo, no entanto, os organizadores da manifestação comunicar previamente à autoridade pública a ideologia a ser defendida pelos manifestantes.
 - (D) *habeas corpus*, para garantir a liberdade de ir e vir, devendo ser impetrado pela organização da passeata previamente à sua convocação.
 - (E) liberdade de reunião, a qual deve ser exercida sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido aviso prévio à autoridade competente.



40. De acordo com a Constituição Federal, a ação popular é cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. A legitimidade para o ajuizamento dessa ação é
- (A) exclusiva da Defensoria Pública.
 - (B) compartilhada entre o cidadão e o Ministério Público.
 - (C) compartilhada entre o Ministério Público e a Defensoria Pública.
 - (D) compartilhada entre o cidadão e a Defensoria Pública.
 - (E) exclusiva do cidadão.
-
41. A Constituição Federal estabelece um rol de matérias sobre as quais a União e os Estados têm competência concorrente para legislar. Isso implica, entre outras consequências, que, quanto a essas matérias,
- (A) os Estados podem exercer sua competência legislativa apenas para complementar as lacunas da lei federal editada pela União.
 - (B) cabe à União estabelecer normas gerais, não excluída a competência suplementar dos Estados.
 - (C) se houver legislação federal, os Estados não poderão mais legislar.
 - (D) se não houver legislação federal, os Estados podem estabelecer leis válidas em seu território, as quais prevalecerão sobre eventual lei federal posteriormente editada.
 - (E) a União e os Estados devem acordar sobre cada lei a ser editada, fazendo-o mediante aprovação pelo Poder Legislativo federal e pelo Poder Legislativo estadual.
-
42. Como regra, na Federação Brasileira a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios são todos considerados entes autônomos. Isso não impede, no entanto, que a mesma Constituição Federal estabeleça diferenças de regimes jurídicos entre eles. É exemplo dessas diferenças
- (A) os Municípios não terem competência para prestar serviços públicos próprios.
 - (B) as contas municipais não estarem sujeitas à fiscalização de Tribunal de Contas.
 - (C) os Municípios não possuírem competências legislativas próprias.
 - (D) os Municípios não possuírem Poder Judiciário, nem mesmo de primeira instância.
 - (E) os Municípios poderem arrecadar, mas não instituir tributos próprios.
-
43. Determinado Estado editou lei estabelecendo seu regime de pessoal, na qual consta a possibilidade de certos cargos públicos, ditos em comissão, serem preenchidos sem concurso público, sendo eles restritos a certas atribuições de direção, chefia e assessoramento. A lei estabeleceu, ainda, que um percentual desses cargos deve ser reservado para servidores de carreira. Por fim, previu que servidores ocupantes de cargos em comissão possam exercer certas funções de confiança. Considerando os elementos assim apresentados, a lei em questão
- (A) está de acordo com a Constituição Federal.
 - (B) viola a Constituição Federal, pois cargos em comissão só existem no âmbito da União.
 - (C) viola a Constituição Federal, pois não é cabível atribuir ao cargo em comissão as funções de assessoramento, mas apenas as de direção e chefia.
 - (D) viola a Constituição Federal, pois reservou percentual dos cargos em comissão para servidores de carreira.
 - (E) viola a Constituição Federal, pois previu que os ocupantes de cargo em comissão possam exercer funções de confiança.
-
44. A Constituição Federal assegura aos trabalhadores em geral, mas não aos servidores públicos ocupantes de cargo público, o direito
- (A) à garantia do salário mínimo.
 - (B) ao décimo terceiro salário.
 - (C) à participação nos lucros ou resultados.
 - (D) ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
 - (E) ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.



45. Consta da Constituição Federal a competência privativa do Presidente da República para, por decreto, dispor sobre *organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos*. Isso significa que decreto que trate dessa temática, sem aumentar despesa nem criar ou extinguir órgãos públicos, é, em relação ao fim a que se destina,
- (A) necessário, mas não suficiente, pois sempre deverá existir uma lei que lhe seja anterior.
 - (B) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à apreciação do Poder Legislativo, de modo similar às medidas provisórias.
 - (C) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à ratificação do Poder Judiciário, mediante controle de constitucionalidade.
 - (D) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à ratificação do Tribunal de Contas da União.
 - (E) necessário e suficiente.

Noções de Direito Administrativo

46. Considera-se exemplo da atuação da Administração pública quando expressa seu poder de polícia a
- (A) notificação ao permissionário de imóvel público para desocupação ao término do prazo de vigência do ato autorizativo ou diante de descumprimento das condições do termo.
 - (B) imposição de multa ao contratado no caso de descumprimento de determinada cláusula de um contrato administrativo.
 - (C) ordem para que o concessionário de serviço público expeça carteirinha de isenção para determinados usuários de transportes coletivos.
 - (D) exigência de carteira de habilitação especial para conduzir determinados veículos motorizados, em razão do porte ou de alguma outra especificidade.
 - (E) determinação de fornecimento de informações ao requerente, em instância superior, quando a autoridade à qual foram solicitadas tenha indeferido o pedido imotivadamente.
-
47. A atuação da Administração pública pauta-se na legalidade, mas dentro desse conceito lhe é dado agir com certa margem de liberdade de escolha em determinadas situações, quando a ausência de disposição expressa ou a indeterminação dos termos legais conferem mais de uma opção de decisão. Essa atuação é qualificada como
- (A) vinculada em sentido amplo, pois ainda que se extraiam da lei diversas opções de decisão, ao optar por uma delas, a atuação da Administração fica adstrita à legislação que a fundamentou.
 - (B) discricionária, pois quando não há previsão expressa da conduta que a Administração deve adotar em determinada situação, o exercício de interpretação para aplicação da norma pode permitir a identificação de mais de uma opção possível e válida de decisão.
 - (C) discricionária técnica, pois em verdade inexistem opções para o administrador, que sempre conseguirá identificar a solução válida com base na oitiva de órgãos especializados no assunto.
 - (D) poder de polícia, tendo em vista que esse dispensa previsão normativa das medidas e sanções a serem adotadas, cabendo à autoridade competente identificar, quando da situação, a verificação da melhor conduta a tomar.
 - (E) poder vinculado, tendo em vista que esse confere à Administração a atribuição de escolher uma opção válida dentre as possíveis de serem extraídas da interpretação legal.
-
48. O poder da Administração pública de rever seus próprios atos é um dos mecanismos de controle que, tal como os demais, encontra limites
- (A) no direito adquirido, ou seja, somente pode ser exercido até o trânsito em julgado da decisão proferida no processo administrativo.
 - (B) no poder Judiciário, pois demanda homologação judicial em casos de demandas judiciais ajuizadas para discussão da validade de atos administrativos.
 - (C) no exaurimento dos efeitos do ato que se pretende anular ou revogar, pois a revisão não reverteria a situação decorrente de irregularidade que se buscou corrigir.
 - (D) no prazo para revisão dos atos administrativos, a ser estabelecido por decreto do ente federado, como expressão de seu poder normativo de organização da Administração pública.
 - (E) no ajuizamento de recurso administrativo, que impede a revogação ou anulação do ato até que se profira decisão final a respeito.



49. Uma empresa pública é proprietária de dois galpões onde armazenava o maquinário utilizado nas obras que realizava. Esse maquinário, com o passar do tempo, foi substituído por itens mais modernos, de forma que a empresa se desfez desses bens. Os galpões, dessa forma, ficaram vazios, o que levou a direção da empresa a decidir alienar os imóveis para investimento do capital. Enquanto tramitava o processo interno para autorização da alienação, os referidos bens foram penhorados em ações judiciais que tramitavam para recebimento de dívidas não pagas. A empresa
- (A) pode impor ao juízo a impenhorabilidade de seus bens, tendo em vista que se trata de empresa pública integrante da Administração direta e, como tal, prestante ao desempenho de serviços públicos.
 - (B) pode prosseguir com o processo de autorização da alienação, tendo em vista que, em razão da impenhorabilidade de seus bens, a penhora lavrada é nula e não produz efeitos.
 - (C) não possui fundamento para alegar a impenhorabilidade de seus bens, em face de se tratar de pessoa jurídica de direito privado e dos galpões estarem sem qualquer afetação à prestação de serviços públicos.
 - (D) tem personalidade jurídica de direito privado, mas seus bens sujeitam-se a regime jurídico de direito público, como forma de tutelar o erário público, tendo em vista que o ente público criador da empresa é seu acionista majoritário.
 - (E) tem personalidade jurídica de direito público, mas seus bens sujeitam-se a regime jurídico híbrido, de forma que são impenhoráveis quando afetados à prestação de serviços públicos ou a alguma outra atividade de interesse público.
-
50. O poder de tutela exercido pela Administração direta incide sobre
- (A) os servidores públicos, porque submetidos a relação de hierarquia e subordinação e como tal, podem ser tutelados disciplinarmente.
 - (B) os atos e negócios praticados pela própria Administração direta, atribuindo-lhe a capacidade de revogação ou anulação, nos casos, respectivamente, de atos discricionários e vinculados.
 - (C) outras pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, podendo substituir a autoadministração das mesmas, de modo a, nos casos de atos que não atendam a oportunidade e conveniência ou a legalidade, ser possível proferir decisões substitutivas.
 - (D) os entes que integram a Administração indireta, conforme previsto em lei, consubstanciado em controle finalístico, que verifica a adequação da atuação do ente ao seu escopo institucional.
 - (E) os atos dos servidores, os praticados pela própria administração e pelas pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração indireta, para garantir a conformação da atuação tanto ao interesse público em sentido amplo, quanto em sentido estrito, constante das finalidades institucionais.
-
51. Raimundo é servidor público efetivo estadual, classificado na Capital do Estado, exercendo cargo de chefia. Pretendia se aposentar por tempo de serviço quando completasse o interregno para tanto, mas se acidentou de uma escada e, após afastamento do serviço por razoável lapso de tempo, acabou se aposentando por invalidez. Ocorre que alguns meses após isso a Administração recebeu laudo elaborado pela equipe médica oficial retificando o resultado anterior, avaliando sua condição como apto para o trabalho, considerando as funções exercidas no cargo que ocupava. No que concerne ao destino do servidor público
- (A) considerando que já estava aposentado, não poderá retornar à ativa, na medida em que a concessão da aposentadoria constitui direito adquirido do mesmo.
 - (B) o servidor deverá retornar às atividades, o que se denomina reversão, posto que os motivos que determinaram sua aposentadoria revelaram-se inexistentes.
 - (C) somente poderá ser reintegrado ao cargo que ocupava se ainda existir a mesma categoria, não sendo obrigatório retornar à função de confiança.
 - (D) este poderá optar entre retornar às mesmas atividades ou permanecer na inatividade, visto que o laudo médico apresentado tem aplicabilidade facultativa ao processo administrativo quando o ato decisório já tiver exaurido seus efeitos.
 - (E) deverá ser readaptado ao serviço público, em novo cargo ou no que anteriormente ocupava, a seu critério, desde que esteja apto a desempenhar as funções exigidas para os dois.
-
52. Uma empresa pretende pleitear perante o Judiciário o reconhecimento da validade do ajuste firmado com a Administração para recebimento dos valores referentes à venda de produto de limpeza específico para limpeza das pedras do piso externo de determinada repartição pública. Não tendo havido formalização do contrato de fornecimento em questão, cujos termos foram verbalmente acertados entre as partes,
- (A) à empresa não assiste direito ao reconhecimento e percebimento da remuneração pretendidos, tendo em vista que os contratos administrativos devem ser formalizados por escrito, reputando-se nulas avenças verbais.
 - (B) cabe à empresa o recebimento da remuneração por meio de indenização por perdas e danos, tendo em vista que a inexistência de contrato leva à conclusão de ter havido prestação de serviço desprovida de cobertura contratual.
 - (C) a depender do valor do contrato, se inferior a R\$ 7.500,00 e feito em regime de adiantamento, o contrato verbal é válido, cabendo à empresa o recebimento do valor acertado, demonstrando a realização do acerto e de seu preço.
 - (D) fica impedido o pagamento de qualquer valor por parte do Poder público, independentemente do reconhecimento da validade da avença, por violação ao princípio licitatório.
 - (E) o contrato é nulo de pleno direito, não podendo produzir efeitos, sendo de rigor, contudo, a restituição dos bens fornecidos pela empresa, a fim de que não haja locupletamento ilícito, cabendo ao poder público licitar nova contratação, dessa vez mediante forma solene.



53. Em um convênio firmado entre entes integrantes da Administração direta e indireta da mesma esfera, para instalação de um centro de treinamento esportivo para menores carentes,
- (A) devem ser estabelecidas as atribuições das partes e os valores que serão desembolsados para execução das mesmas, com eventuais repasses de verbas, vedada remuneração entre os convenientes e sujeito o instrumento e seus subscritores à fiscalização do Tribunal de Contas.
 - (B) pode ser estabelecida remuneração moderada, para suprir as despesas que o ente responsável pela execução das tarefas terá com as obras e a manutenção, não sendo sindicável pelo Tribunal de Contas em razão de não se tratar de contrato administrativo.
 - (C) somente cabe fiscalização do Tribunal de Contas no caso de haver remuneração entre os convenientes, sem prejuízo dos repasses de verba para custeio das despesas, mantida, sob todos os aspectos, a verificação do Poder Judiciário.
 - (D) há irregularidade, tendo em vista que o convênio se presta a ajuste de vontades convergentes, mas não admite o estabelecimento de atribuições materiais para as partes que envolvam efetivo desembolso por estas em função de contratações paralelas.
 - (E) a licitação de eventuais obras deve ser feita pela Administração direta central, vedado que o seja pelos entes da Administração indireta, em razão da maior higidez financeira e como forma de garantir o cumprimento do plano de trabalho anexo ao instrumento.
-
54. A aplicação do princípio da igualdade nas licitações dá-se nas diversas fases e incide sob diferentes aspectos em relação aos envolvidos no certame, em razão do que
- (A) não se admite restrição de interessados ou a imposição de condições à participação nos procedimentos de licitação, que devem concorrer em igualdade de condições para apresentação de propostas.
 - (B) o princípio da competitividade deve ser compatibilizado com a finalidade do certame, sendo admitido estabelecer condições de habilitação técnica que guardem pertinência com o objeto a ser contratado.
 - (C) é vedado estabelecer qualquer distinção ou discriminação em razão da natureza, porte ou tipo de empresa habilitada a participar da licitação, seja para escolha do vencedor, seja como critério de desempate.
 - (D) é vedado estabelecer qualquer especificação de produtos, seja ela em razão de marca ou origem de produção, ou ainda em razão de alguma condição relativa aos licitantes.
 - (E) sua aplicação pode ser sistemática, em conjunto com os demais princípios que informam a licitação, de forma que em sendo necessário que sejam estabelecidas restrições para maior eficiência, o administrador pode justificar a não aplicação de algumas das vedações legais.
-
55. A Administração pública licitou a aquisição de determinados medicamentos para entrega a pacientes inscritos em programa de fornecimento gratuito regular. O certame estava regularmente instruído com pesquisa de preços, a fim de apurar o preço máximo que a Administração poderia pagar. Não obstante, a Administração pública atualizou a pesquisa no curso do procedimento e identificou que em relação a vários medicamentos teria havido relevante redução de preço, o que diminuiria em muito o custo de aquisição e permitiria a alocação dos recursos que sobejassem para outros programas na área da saúde. Nesse caso a Administração
- (A) deve anular o procedimento por vício de legalidade, tendo em vista que a lista de preços estava irregular.
 - (B) pode alterar a pesquisa de preços constante do procedimento de licitação, independentemente da fase, prosseguindo os licitantes que tiverem feito propostas que ainda estiverem interessados, a fim de não atrasar a aquisição dos medicamentos, com fundamento na supremacia do interesse público.
 - (C) deve revogar a licitação, tendo em vista que o procedimento se tornou ilegal em razão da alteração dos valores dos medicamentos, não havendo fundamento legal para prosseguimento.
 - (D) pode revogar a licitação, demonstradas as supervenientes razões de interesse público que motivam a decisão e providenciar novo certame com a pesquisa de preços atualizada.
 - (E) deve prosseguir regularmente com a licitação, tendo em vista que quando do início do procedimento a pesquisa de preços era legal e válida, não havendo, portanto, fundamento para anular ou revogar o certame.
-
56. Quando a Administração pública decide realizar um pregão presencial, deve observar não só as regras procedimentais, mas também os direitos e deveres dos licitantes, estes podem exigir a
- (A) celebração do contrato na mesma sessão em que adjudicado o objeto ao vencedor do certame.
 - (B) inversão de fases, para que a licitação seja iniciada com a habilitação, a fim de excluir os licitantes que sabidamente não preencheriam os requisitos para prosseguir no certame.
 - (C) adoção do critério de técnica e preço para julgamento das propostas quando os serviços a serem contratados, embora de natureza comum, envolvam também atividades de engenharia.
 - (D) participação de todos os licitantes da fase de disputa de lances, se assim for solicitado antes do início da sessão, mediante requerimento escrito.
 - (E) concessão de prazo de três dias para interposição de recurso após a declaração do vencedor.



57. Dentre as vantagens da utilização do Sistema de Registro de Preços está a
- (A) prescindibilidade da realização de procedimento licitatório para formalização da ata de registro de preços, tendo em vista que ela não enseja a formalização de contrato.
 - (B) possibilidade do poder público efetivar a indicação de recursos orçamentários como requisito à lavratura do contrato, e não para abertura da licitação, além de permitir a uniformização das aquisições.
 - (C) possibilidade de revalidação da ata de registro de preços, mediante atualização, por período superior ao máximo estipulado para os contratos administrativos, que é de cinco anos.
 - (D) necessidade de que cada aquisição realizada após a ata de registro de preços se refira a um item da lista e este a apenas um bem, independentemente da quantidade a ser adquirida.
 - (E) obrigatoriedade das aquisições serem feitas pela ata de registro de preços após esta ser formalizada, impedindo variações de valores e de padronagem.
-
58. O zelador de uma escola pública, ocupante de cargo comissionado de Chefe de Vigilância, reside nas dependências do equipamento público, em uma modesta construção erguida no mesmo terreno, a fim de vigiar e controlar o acesso ao equipamento público. Descobriu-se, no entanto, que o mesmo alugava um dos espaços anexos da escola para funcionamento, em algumas noites da semana, de uma casa de jogos de azar clandestina. No que se refere à tipificação da conduta do zelador,
- (A) em razão da função desempenhada, enquadra-se no conceito de agente público e, como tal, sua conduta tipifica-se como ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, já tendo sido demonstrado o dolo do servidor.
 - (B) pode configurar infração disciplinar ou mesmo criminal, mas não se tipifica como ato de improbidade, na medida em que não houve qualquer prejuízo ao erário.
 - (C) se enquadra como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública e, em se tratando de infração de mera conduta, basta a demonstração de culpa para a imposição de sanção.
 - (D) este não pode ser equiparado a agente público para fins de configuração de ato de improbidade, tampouco ser punido disciplinar ou criminalmente, razão pela qual resta apenas a possibilidade de exoneração do mesmo.
 - (E) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração, mas para sua configuração e efetivo sancionamento, demanda o envolvimento de algum servidor estatutário ou celetista, pois o zelador exercia apenas função pública, não se enquadrando no conceito de agente público.
-
59. A responsabilidade extracontratual do Estado é estabelecida diante do preenchimento de alguns requisitos e pode ser imposta
- (A) às pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, que respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, independentemente das atividades que desenvolvem e de se tratar de atos comissivos ou omissivos.
 - (B) às pessoas jurídicas de direito público, respondendo subjetivamente nos casos de atos comissivos lícitos e nos casos de atos omissivos lícitos.
 - (C) aos entes públicos e concessionários de serviço público, não abrangendo as permissionárias de serviço público em razão do vínculo de delegação ter natureza de ato, não de contrato.
 - (D) às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, que respondem sob a modalidade objetiva diante da demonstração de nexo de causalidade entre a atuação de seus agentes e os danos causados a terceiros, que também demandam comprovação.
 - (E) aos entes públicos e aos privados que mantenham vínculo funcional ou contratual com a Administração pública e, em razão dele, recebam repasse de dinheiro público, o que lhes obriga a reparar eventuais danos causados a terceiro, sob a modalidade objetiva.
-
60. Em razão da crise financeira derivada, dentre outros fatores, da sensível queda de arrecadação, determinado município colocou em execução programa de alienação de imóveis que não estavam efetivamente destinados a finalidades públicas. Em se tratando de bens dominicais e estando devidamente justificada a medida,
- (A) inexistente vedação legal à alienação, observada a necessidade de lei autorizativa para as vendas, bem como prévia avaliação, vedada a destinação da receita obtida com os negócios jurídicos para custeio de despesas correntes.
 - (B) é viável o programa, mediante previsão legal autorizando a alienação onerosa dos bens, desde que o seja pelo valor de mercado e que a receita da venda se destine a investimentos ou, excepcionalmente, a despesas de pessoal no caso de já configurada mora do ente.
 - (C) admite-se a alienação dos bens exclusivamente para outros entes públicos, em razão da impenhorabilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade que grava o patrimônio público imobiliário, o que ficaria preservado na titularidade de outra pessoa jurídica de direito público.
 - (D) não guarda fundamento legal a medida proposta, tendo em vista que não é permitido o emprego da receita de alienação de imóveis em despesas correntes ou previdenciárias, o que desconstrói a motivação do ato pretendido.
 - (E) estabelece-se escala de preferências para emprego da receita de capital oriunda da venda dos imóveis, sendo prioridade o pagamento da folha de pessoal, ativos e inativos, bem como a aplicação em novos investimentos.